

Transformações e persistências da pobreza infantil em Portugal

Fernando Diogo⁵

Gabriela Trevisan⁶

Manuel Jacinto Sarmento⁷

1. Infância e vulnerabilidade social

São múltiplas as formas e os modos de sofrimento e opressão a que estão sujeitas as crianças. Se os fatores que causam esse sofrimento têm consequência quer em crianças quer em adultos – as guerras, as desigualdades geradas por uma globalização económica e social produtora de profundos desequilíbrios à escala mundial e pela voracidade das elites predatórias no sul global, a doença e o descontrolo da resposta por insuficiência dos serviços públicos e pela assimetria no acesso a tratamentos como vacinas e outros recursos sanitários, a violência social – no entanto, o modo específico como as crianças vivem a exposição a esses fatores exige que se estabeleça uma diferenciação analítica nas condições geracionais de vulnerabilidade social. Com efeito, a especial exposição das crianças, inclusive mediática, resulta de um duplo efeito: as crianças estão sempre na primeira linha nas consequências e impactos funestos de todas as crises locais ou globais, sejam elas políticas, sociais, económicas, sanitárias ou decorrentes de catástrofes naturais; no entanto, em nenhuma circunstância elas concorreram diretamente para o seu desencadeamento e para os seus efeitos. Não é também nas crianças que se podem encontrar as soluções para essas crises. E, não obstante, não lhes sendo indiferentes, encontramos recentemente movimentos poderosos em que crianças e jovens protagonizam formas de revolta e de protesto, nomeadamente contra as consequências catastróficas das alterações climáticas, contra a cultura da violência e pelo desarmamento civil (é o caso do movimento norte-americano *Save Our Lives*), ou pelo acesso à educação, sem distinção de género, entre outros. As crianças vivem, desde logo, numa condição de vulnerabilidade estrutural. Ela resulta do facto de todas necessitarem dos adultos para, desde o seu nascimento, se alimentarem, adquirirem linguagem, desenvolverem as suas capacidades cognitivas e físico-motoras e garantirem a sua inserção no conjunto da sociedade. A vulnerabilidade estrutural

⁵ Universidade dos Açores e CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), Portugal, fernando.ja.diogo@uac.pt. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

⁶ ProChild CoLAB, Guimarães, Portugal, gabriela.trevisan@gmail.com

⁷ Universidade do Minho, Instituto de Educação, Portugal, sarmento@ie.uminho.pt

resulta das condições biológicas inerentes à grande maioria dos animais de tenra idade, particularmente acentuada entre os humanos. No entanto, ela não é puramente biológica.

Ao longo da história, a condição infantil foi objeto de distintos processos de intervenção adulta, no sentido da promoção do desenvolvimento biopsicossocial, protagonizado por diferentes atores, das amas e escravos dedicados à educação das crianças, à família alargada e, depois, à nuclear, passando pelos inúmeros internatos, colégios, asilos da “infância desvalida”, casas da roda, creches e guardarias e outras instituições sociais. Esses processos desenvolveram uma condição infantil marcada por múltiplas normatividades, até à modernidade tardia e à consagração dos direitos da criança como modo internacional de regulação jurídica da infância (Sarmiento, Marchi & Trevisan, 2018). Do mesmo modo, diferentes culturas constroem processos de institucionalização da infância bem distintos, que vão desde a definição do que é uma criança, até à delimitação dos momentos em que se reconhece a criança como um ser humano pleno (no feto, quando nasce, após o batismo, etc.) até ao fim da idade infantil (puberdade, fim da escolaridade, 18 anos, etc.), com implicações muito importantes nas possibilidades de vida das crianças, nas suas oportunidades e nas suas restrições e constrangimentos e, por consequência, na sua vulnerabilidade social. Este é, portanto, o resultado desta combinação complexa entre natureza e cultura (Prout, 2008), entre o ser biopsicossocial em desenvolvimento que a criança é e os modos de regulação jurídica e simbólica que cada comunidade e sociedade tem, num espaço-tempo definido, para a condução adulta da vida das crianças.

A vulnerabilidade estrutural da infância tem sido acentuada, pelo menos nas sociedades ocidentais, pela prevalência do paternalismo como modo dominante. Podemos definir paternalismo como o processo de regulação das relações intergeracionais através do qual se estabelece uma assimetria radical de poderes entre a posição adulta e a posição da criança, com subordinação desta aos imperativos, aos valores e às regras implícitas e explícitas definidas pelo adulto de referência (nomeadamente os pais, professores, tutores, etc.). Numa sociedade patriarcal, marcada pela dominação de género, a posição paternalista é exercida pela figura paterna, expressa no princípio jurídico, hoje abandonado na legislação portuguesa, do *pater potestas* ou poder paternal (substituído por “responsabilidades parentais”). Paternalismo e patriarcado constituem elementos fortemente associados na tradição da regulação normativa da infância ocidental. A dominação paternalista-patriarcal acentua a vulnerabilidade estrutural da infância: criança é “quem não tem voz, nem opinião, nem tampouco razão, resta-lhe obedecer e acatar a ordem natural da família e da sociedade”. É, todavia, paradoxal, que essa dominação seja exercida, usualmente, em nome da proteção da criança, pelo facto de ela ser pequena,

“menor”, incapaz de discernimento, vulnerável... Deste modo, a vulnerabilidade estrutural auto-alimenta-se num ciclo contínuo: a criança torna-se mais vulnerável à dominação paternalista-patriarcal porque é biológica e socialmente vulnerável.

A ruptura com este círculo vicioso implica uma outra conceção de criança: não a de alguém que se caracteriza pelo facto de (ainda) não ser adulto (com todas as implicações que este ainda não tem na definição da infância como negatividade instituinte), mas como um ser social, pertencente à categoria geracional da infância, com características próprias que se afirmam na positividade da sua condição ontológica e social; não a de um ser vulnerável e incompetente, mas a de um ator social competente à sua medida, capaz de pensamento próprio e sujeito de cultura, que partilha com os adultos e com os seus pares geracionais; não a de um membro subalterno de uma sociedade adulta, mas a de um cidadão com direitos e condições específicas do seu exercício. Custou, porém, tempo para que as ciências sociais viessem a contribuir para esta conceção renovada da infância e se dessem conta da subalternidade da condição infantil, naturalizada e expressa na normatividade dominante. Daí que se possa falar numa vulnerabilidade estrutural também reforçada pelo conhecimento hegemónico (especialmente a psicologia do desenvolvimento, o funcionalismo associado às teorias da socialização social e as várias abordagens da reprodução social), até à crítica exercida pela renovada sociologia da infância (especialmente Qvortrup, 1991; James, Jenks & Prout, 1998; Corsaro, 1997) e a emergência de um conhecimento social assente na conceção da criança como sujeito de direitos, ator social pleno e cidadão.

Perante a condição da vulnerabilidade estrutural da infância, a modernidade encarregou as instituições sociais de se ocupar das crianças, nomeadamente a família nuclear e a escola. A família nuclear constitui-se com o espaço “natural” de crescimento e socialização primária da criança (apesar do efeito naturalizador das ideologias familialistas fazerem aparentar que não poderia ser de outra maneira, na verdade é que, historicamente, no período pré-moderno, a educação das crianças raramente competia à família, sendo entregue a empregados ou a instituições ou à comunidade, conforme o nível social dos progenitores). Não obstante, a família constitui tanto um espaço de proteção e cuidado quanto um *locus* de opressão e mesmo de abuso (Almeida, 2011): é no contexto familiar que ocorrem com mais frequência as situações de violência física, psicológica e sexual contra crianças. Quanto à escola, edificada na modernidade, a partir do impulso liberal e republicano como “fábrica de cidadãos” e condição de igualdade social, não apenas não evita a reprodução das desigualdades sociais e, com elas, a vulnerabilidade das crianças oriundas de contextos familiares marcados pela pobreza e a precariedade, como ela própria as transforma em desigualdades educativas, gerando por

consequência, novas vulnerabilidades, que vão da estruturação de fileiras duais da escolaridade, ao insucesso e abandono escolares e à produção dos "excluídos do interior" (Bourdieu & Champagne, 1993). As transformações da família e a emergência da família democrática (Singly, 2004), condição e promessa ela mesma da edificação de uma sociedade democrática (Honneth, 2014), bem como a edificação da escola democrática como utopia realizável de uma instituição não reprodutora das desigualdades, mas promotora da cidadania, (e.g. Fielding & Moss, 2011) constituem condições essenciais da rotura com a vulnerabilidade estrutural da infância. Rotura esta ainda por cumprir. Mas é na transformação das condições de estratificação social e de desigualdade social que a vulnerabilidade estrutural da infância pode ser profundamente desafiada. A situação de pobreza infantil repercute-se nas condições de aprendizagem e tem impacto considerável nos percursos escolares. As oportunidades culturais e relacionais propiciadas pelas famílias em situação de pobreza são necessariamente menos extensas e diversificadas, o que resulta em condições menos favoráveis de desenvolvimento e bem-estar das crianças pobres. A situação é ainda exacerbada, quando, à pobreza das famílias, se associam outras condições sociais específicas, como a pertença a grupos étnicos minoritários ou sujeitos a processos de exclusão racista ou xenófoba, o não domínio, ou o domínio muito deficiente, da língua de escolarização e dos seus códigos dominantes, a existência de handicaps ou necessidades especiais, a vivência em regiões periféricas afastadas dos centros urbanos, etc. Neste caso, vulnerabilidades sociais correspondentes ao grupo social de pertença (classe social, etnia, grupo cultural, periferização, etc.) ou a condições pessoais particulares (*disabilities* ou doenças, por exemplo) reforçam a situação de vulnerabilidade estrutural a que as crianças estão expostas e tornam especialmente crítica a situação das crianças pobres, marginalizadas e ou excluídas.

2. Pobreza infantil: aproximações ao conceito

Como vimos, as crianças são vulneráveis, considerando a forma como se inserem na sociedade e considerando a sua própria condição biológica. Uma parte dessa vulnerabilidade traduz-se em situações de pobreza infantil. As transformações e persistências da pobreza infantil são o cerne deste artigo. Contudo, uma primeira e importante questão que é preciso abordar quando se fala em pobreza infantil é: o que é a pobreza infantil? Este conceito, tal como temos vindo a defender (Diogo, 2010, 2018), resulta da justaposição de outros dois conceitos, pobreza e infância. Sendo que cada um deles representa, por si só, um vasto campo de investigação e, ao mesmo tempo, é o centro de um debate sobre a sua polissemia. Acresce que

a própria ideia de pobreza infantil pode ser alvo de contestação, dado que as crianças não são pobres em si próprias, mas no seio de agregados familiares pobres (Bastos, 2015; Costa, 2015; Diogo, 2010). Nesse sentido, o conceito de crianças pobres é a alternativa que sublinha esta outra forma de olhar para a pobreza das crianças. Neste artigo recorre-se ao conceito de pobreza do Eurostat. Assim, é preciso compreendê-lo, nomeadamente nas suas limitações e potencialidades. Diferentes conceitos de pobreza recortam na realidade distintas categorias de pessoas com características distintas. Os pobres não são um grupo social, nem uma classe para si, no sentido marxista do termo (Diogo *et al.*, 2021). Só uma compreensão mínima sobre o que é que está em causa quando se define a pobreza, permitirá ler os dados com algum rigor. Os dados oficiais sobre a pobreza em Portugal são calculados com base no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) pelo INE, com base na metodologia definida pelo Eurostat. Em Portugal fala-se em ICOR na Europa de EU-SILC. Os dados começaram a ser recolhidos em 2004, sendo referentes a 2003.

O Eurostat, bem como o INE, define que um indivíduo é pobre quando o seu rendimento é inferior ao limiar de pobreza. Por sua vez, este é calculado de acordo com a seguinte fórmula: é pobre quem tiver um rendimento inferior a 60% da mediana do rendimento nacional por adulto equivalente. Vale a pena determo-nos um pouco nesta definição, dado o seu importante efeito no recorte de um grupo específico de pessoas em situação de pobreza.

Esta definição pode ser decomposta nos seus vários componentes, desde logo, os 60 por cento da mediana do rendimento nacional. De notar que este é um valor relativo, variável em função de cada estado membro da União Europeia, o que significa que a pobreza assim calculada depende do rendimento nacional, inscrevendo-se na tradição dos estudos sobre pobreza relativa (Stoleru, 1974; Townsend, 1993). Por outro lado, este valor contém em si uma boa dose de arbitrariedade, dado que estabelecer a linha de corte em 60% é algo contestável (D'Agostino & Duvert, 2008). Aliás, o trabalho sobre o rendimento adequado em Portugal defende que, para existir um rendimento digno para se sobreviver, a linha de corte se situa acima deste valor (Pereirinha *et al.*, 2017).

Uma terceira questão importante em relação à mediana do rendimento é que esta varia, não apenas no espaço, entre países da União Europeia, como salientámos, mas no tempo. Ao sabor das conjunturas económicas, de crise ou de prosperidade. Isso significa que o número de pessoas pobres varia de ano para ano por causa deste efeito estatístico, por exemplo, o limiar mensal da pobreza aumentou de 501 euros em 2018 para 540 euros em 2019 (INE, 2021). Em situações de crise, como a mediana do rendimento desce, o resultado é que indivíduos que eram pobres com o rendimento de um ano deixam de ser pobres no ano seguinte com o mesmo

rendimento. O INE não ignora este efeito, especialmente importante em momentos de crise (e o seu espelho em momentos de grande crescimento económico) e em relação à última crise (2008-2014) realizou um pequeno exercício que permite compreender melhor o impacto do aumento da pobreza: a taxa ancorada a um ano (neste caso 2009) (INE, 2015 ver também Diogo *et al.*, 2021, onde se atualiza esse cálculo). Mas as questões relativas à definição de pobreza do Eurostat não ficam por aqui.

A ideia de adulto equivalente merece uma análise mais aprofundada, dado que, também ela, tem algumas limitações que é necessário ter em conta na análise dos resultados. O ponto de partida é perceber-se que a pobreza está longe de ser um fenómeno individual, tem uma indestrinçável componente coletiva e, dentro desta, salienta-se, na definição de pobreza, a sua dimensão familiar. Os indivíduos são pobres no seio de agregados familiares pobres. Se esta afirmação é especialmente válida para as crianças, não deixa de ser verdadeira para o conjunto da população pobre. É frequente que os rendimentos do trabalho de um indivíduo o coloquem acima do limiar da pobreza, mas a necessidade de dividir esses rendimentos com os restantes membros do seu agregado familiar faz com que seja pobre (vimo isso claramente em Diogo *et al.*, 2021). A fórmula pressupõe a divisão dos rendimentos familiares entre os membros do agregado de uma maneira equitativa, segundo uma escala. O Eurostat usa a escala modificada da OCDE. Nesta o primeiro adulto vale 1, os restantes maiores de 14 anos valem 0,5 e os menores desta idade valem 0,3. Isto significa, por exemplo, que uma família nuclear com dois filhos menores de 14 anos corresponde a 2,1 adultos equivalentes e é com base neste valor que se divide o rendimento e se chega à pobreza individual. Ora, como dissemos, esta fórmula pressupõe uma divisão equitativa do rendimento familiar, o que está longe de ser a situação existente em todas as famílias. Desta maneira, a fórmula do Eurostat tende a menosprezar a pobreza das crianças e a das mulheres (Pereirinha *et al.*, 2017, Diogo *et al.*, 2021). Portanto, os valores sobre a pobreza infantil que abaixo apresentamos, são valores mínimos, muito provavelmente a situação real é bem mais gravosa.

Uma última questão de definição de conceitos que merece a nossa atenção é a do intervalo de idades considerado por INE e Eurostat, onde se diz que são crianças todos os indivíduos dos zero aos dezassete anos. Este intervalo de idades radica na definição de criança que podemos encontrar na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) da Organização das Nações Unidas. Por outro lado, consiste num período no qual os seres humanos passam por intensas transformações físicas, cognitivas e psicológicas. Estas transformações, em boa parte naturais, mas também com uma importante carga social (como acima sublinhámos), tornam muito diferente as problemáticas que afetam uma pessoa de cinco anos de outra de quinze. Uma

diferença certamente maior da que distingue um indivíduo de trinta anos de um de cinquenta. Acresce que este grupo etário, no seu limite superior, se intersecciona com outras categorias sociais, distintas da infância. Desde logo a adolescência, a juventude e até a idade adulta (Almeida, 2009; Diogo, 2010, 2018).

Por outro lado, e no que respeita às sociedades europeias, os indivíduos do grupo etário em consideração partilham todos uma característica que dá coerência à categoria social das crianças: a menoridade social. Isto é, os indivíduos são dependentes dos adultos para sobreviver. Mesmo que esta menoridade possa ser alvo de contestação, como acima expressámos. Se essa dependência tem uma forte componente natural, nos primeiros anos de vida, à medida que o tempo passa, a progressiva maturidade biológica (firmemente estabelecida por volta dos 15 anos) vai erodindo o seu peso, ganhando relevo o peso da menoridade social. Aliás, os estudos sobre a juventude mostram que esta dependência se estende muito para além dos 18 anos, num processo onde a definição do limite etário superior do que é ser criança (ou ser jovem) está longe de estar definido (cf. por exemplo Diogo *et al.*, 2017). Acrescente-se que o facto de o INE adicionar ao grupo 0-17 anos os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes para o cálculo da taxa de pobreza por agregado familiar, mostra que o fator tido em consideração na definição de criança em causa é a menoridade social, expressa na dependência económica, como anteriormente argumentámos (Diogo, 2018).

Uma última observação de carácter metodológico, o Eurostat e o INE falam habitualmente em taxa de risco de pobreza. Consideramos (Diogo *et al.*, 2021, entre outros) que não existe nenhuma razão substantiva para qualificar esta taxa como sendo de risco e, por isso, dispensamos o uso do termo, referindo-nos sempre a taxa de pobreza neste artigo. Mais recentemente, os trabalhos sobre pobreza infantil alargam o seu campo para relacionarem conceitos como bem-estar e qualidade de vida, e perceção subjetiva desse estado pelos sujeitos em situação de pobreza, nomeadamente das crianças e jovens. Como observa Ben-Arieh *et al.* (2014), o conceito refere-se à perceção de qualidade de vida e às possíveis representações de uma “vida boa” ou “má”. Os autores argumentam ainda que a amplitude e heterogeneidade da ideia de bem-estar pode ser ilustrada através dos diferentes tratados de direitos humanos, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Assim, os direitos são implicitamente entendidos como criando bem-estar ou oportunidades para o bem-estar, referindo-se à qualidade de vida das crianças, do ponto de vista económico e emocional; aos seus estados psicológicos; aos seus ambientes materiais, sociais e culturais e, ainda, ao seu desenvolvimento.

Para lá da análise do fenómeno nas suas componentes materiais, a noção de bem-estar engloba diversas dimensões que são direta ou indiretamente afetadas pela vivência em contextos de vulnerabilidade e pobreza (UNICEF, 2020). Falar sobre a pobreza infantil, implica ainda aprofundar a questão da persistência dos efeitos estruturais da pobreza infantil ao longo da vida, embora recusando o determinismo fatalista de que crianças pobres se tornam obrigatoriamente adultos pobres.

3. A pobreza infantil na perspetiva das crianças

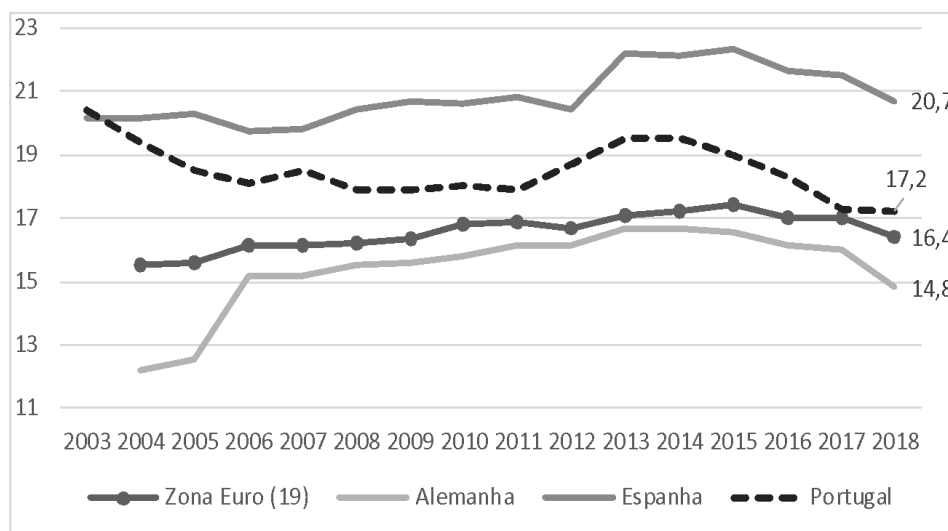
Se a vivência de situações de pobreza na infância, como temos vindo a argumentar, (tem impactos em diferentes dimensões da vida das crianças (Diogo, 2010; Sarmento, 2010; Sarmento, Fernandes & Trevisan, 2015, Sarmento & Trevisan, 2017), vários estudos têm evidenciado esta persistência da desigualdade quer na infância quer nas possibilidades que se colocam para a vida adulta. A escola, e as diferentes aspirações sociais das crianças num futuro próximo (por exemplo, na decisão de continuar a estudar ou de seguir uma profissão e entrar rapidamente no mercado de trabalho) são fortemente condicionadas pelos contextos familiares em que vivem. Como observa Ridge (2011), num estudo que procurou ouvir as crianças sobre a pobreza, os relatos acerca dos efeitos económicos e materiais que experienciaram sentem-se em três grandes áreas: a adequação do rendimento das famílias; um deficit nos recursos materiais disponíveis, e falta de indicadores chave, materiais e simbólicos, de inclusão na infância (por exemplo, acesso a determinados produtos de marca). Estas perceções podem reportar-se a diversos bens materiais fundamentais, como comida, roupa, mas também a oportunidade de frequentar diferentes atividades sociais e recreativas com os grupos de pares, que impliquem um determinado tipo de pagamento. Por outro lado, algumas realidades familiares onde as crianças vivem as suas vulnerabilidades caracterizam-se pela existência de problemas graves, por um longo período de tempo, onde existem recursos materiais e emocionais escassos que permitam a sua mitigação (Dinis 2011). Estas famílias, usualmente designadas de multiproblemáticas ou multidesafiadas, enfrentam problemas que não são redutíveis à privação material de recursos económicos ou ao pouco apoio ao nível das políticas sociais (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). Como dissemos em estudos recentes (Diogo, *et al.*, 2021), e ainda que não preconizemos uma visão “fatalista” ou de “inevitabilidade” face à condição da pobreza na infância, a verdade é que diferentes estudos (Attree, 2006; Ridge, 2002; Main, 2017, entre outros) salientam a persistência na vida dos efeitos da pobreza na infância e a conformidade de expectativas que gera. Por outro lado, como

observou Attree (2006), diferentes estudos sugerem que uma situação de desvantagem na infância pode levar à perceção de que as limitações económicas e sociais são “naturais” e normais, impactando assim nas expectativas de vida das crianças (Middleton *et al.*, 1994; Roker, 1998; Ridge, 2002).

4. Análise dos dados quantitativos sobre pobreza infantil (Portugal e UE)

Não obstante as cautelas e os limites da definição de pobreza infantil implícita nos dados do Eurostat, estes permitem a comparação entre distintos territórios, e para anos diferentes, e resultam de definições de conceitos (relativamente) claras e simples. Estamos, pois, em condições de avançar com uma análise empírica dos dados disponíveis. A primeira questão que se coloca é o quão extensiva é a pobreza em Portugal e como se compara no contexto da União Europeia.

Gráfico 1. Taxa de (risco de) Pobreza, países selecionados (2003-2018), %

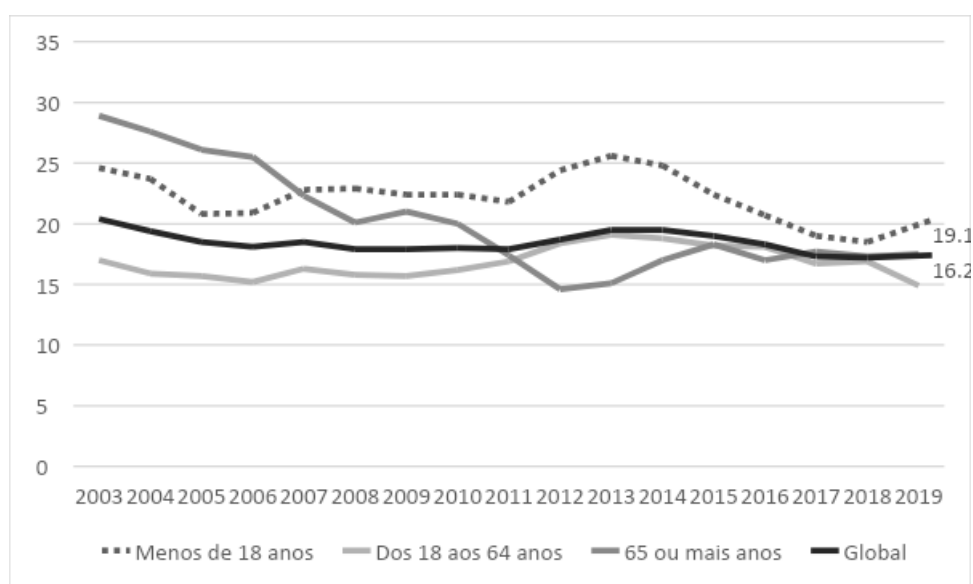


Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

O que podemos observar é que a pobreza em Portugal está acima da média europeia. Contudo, se isso se verifica em comparação a países do norte da Europa como a Alemanha, em relação aos países do sul, aqui representados pela Espanha, a taxa de pobreza portuguesa é mais baixa. Uma análise mais detalhada permite observar que existe uma clara relação com os ciclos económicos. Assim, no período de 2003-2008, e para Portugal, a taxa de pobreza vai descendo paulatinamente, mas a tendência inverte-se entre 2009 e 2014, sendo que a partir de 2015 o sentido descendente é retomado, mas apenas em 2017 se voltam a valores semelhantes aos de

antes da crise. Os últimos dados disponíveis são os de 2019 (publicados já em 2021) pelo que ainda ignoramos o real impacto da crise pandémica na situação de pobreza. Muito embora não seja difícil de perceber a tendência, considerando os indicadores indiretos e os reportes das instituições de apoio social. O certo é que, mau grado as oscilações, a taxa de pobreza em Portugal, no século XXI, se tem mantido em valores próximos dos 20% do total dos residentes (18,5% na média 2003-2018). De seguida esmiuçamos a taxa de pobreza por grupos de idade, de maneira a compreendermos como é que a taxa de pobreza infantil, ou das crianças, se compara com a taxa global e com a dos outros grupos de idade.

Gráfico 2. Taxa de Pobreza por grupos de idade (2012-2019), %



Fontes: INE, ICOR/EU-SILC (2015 e 2020) e Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02] (in Diogo *et al.*, 2021)

O que podemos observar é que a taxa de pobreza infantil (0-17 anos) é mais alta do que a taxa geral de forma persistente. Em média, nos 17 anos considerados, essa diferença situa-se nos 3,8 pontos percentuais. Uma segunda constatação importante é que a taxa de pobreza dos idosos (65 e mais anos) apresenta uma trajetória consistente de decréscimo, tendo passado de valores bem acima da taxa global para valores abaixo. Acrescenta-se que, em 2016, as crianças (0-17 anos) correspondiam a 19,5% da população pobre, um valor em tudo semelhante à população mais idosa (65 anos e mais) nas mesmas circunstâncias, com 19,6%

(Diogo *et al.*, 2021). Isto apesar de existirem mais idosos que crianças no país (Pordata, 2021d), correspondendo em 2019 a, respetivamente, 18,9% e 22,1% da população residente⁸.

Quadro 1. Evolução da taxa de pobreza por escalões etários (número índice)

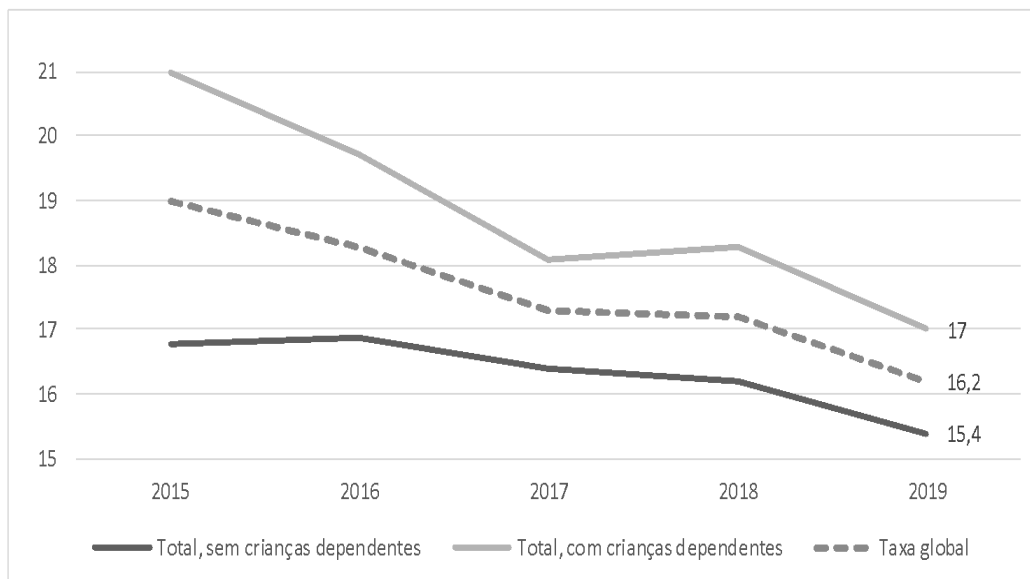
Idade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	100,0	95,1	90,7	88,7	90,7	87,7	87,7	88,2	87,7	91,7	95,6	95,6	93,1	89,7
Menos de 18 anos	100,0	96,3	84,6	85,0	92,7	93,1	91,1	91,1	88,6	99,2	104,1	100,8	91,1	84,1
Dos 18 aos 64 anos	100,0	93,5	92,4	89,4	95,9	92,9	92,4	95,3	99,4	108,2	112,4	110,6	107,1	106,5
65 ou mais anos	100,0	95,5	90,3	88,2	77,2	69,6	72,7	69,2	60,2	50,5	52,2	58,8	63,3	58,8

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02]. Cálculos dos autores. Retirado de Diogo, *et al.*, 2021.

Um aprofundamento destes dados, através de um número índice, permite verificar muito claramente este efeito (entre 2003 e 2016). Em 2016 a taxa de pobreza das crianças passou para um valor correspondente a 84% do seu valor de 2003. A tendência é melhor do que a taxa global, dado que em 2016 esta se fixou em 90% do seu valor de 2003. Mas contrasta fortemente com a taxa dos mais idosos que, em 2016, se fixou em 59% do seu valor de 2003. Portanto, ficam claros, neste exercício estatístico, os comportamentos muito distintos das taxas de pobreza infantil e dos idosos.

⁸ Os dados do grupo etário das crianças estão sobrerrepresentados dado que incluem, neste cálculo, os indivíduos com 18 e 19 anos, dada a forma como são apresentados na fonte.

Gráfico 3. Taxa de pobreza em agregados domésticos com e sem crianças (2015-2019), %

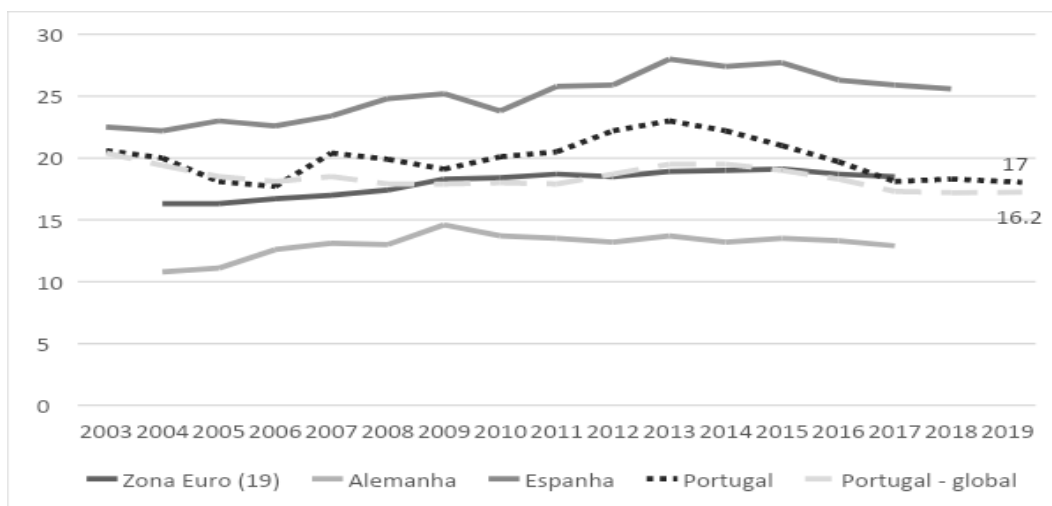


Fonte: INE, ICOR/EU-SILC (2020)

Uma outra forma de ver a pobreza infantil tem a ver com os agregados familiares onde existem crianças e os seus diferentes tipos, usando a tipologia disponibilizada no ICOR. Uma primeira aproximação permite-nos dividir os agregados entre os que não têm crianças e os que têm. A constatação é coerente com a anterior: os agregados com crianças apresentam uma taxa de pobreza acima da taxa global, em flagrante contraste com os agregados sem crianças, onde a taxa de pobreza registada é inferior à taxa para o conjunto da população (taxa global). Ao longo do período em referência, neste caso de 2015 para 2019, não se verificam modificações significativas, mas com algumas flutuações. O período que analisamos caracteriza-se pela melhoria contínua dos indicadores, como já tínhamos visto, mas a relação entre eles permanece relativamente constante, como se pode observar no gráfico⁹. De seguida aprofundamos os dados para os diferentes tipos de agregados com crianças. Mas, antes disso, e em primeiro lugar, comparamos Portugal com outros territórios, no que respeita à taxa de pobreza dos agregados com crianças.

⁹ Este tipo de análise tem sido feito por Amélia Bastos, por exemplo, em Bastos, 2015.

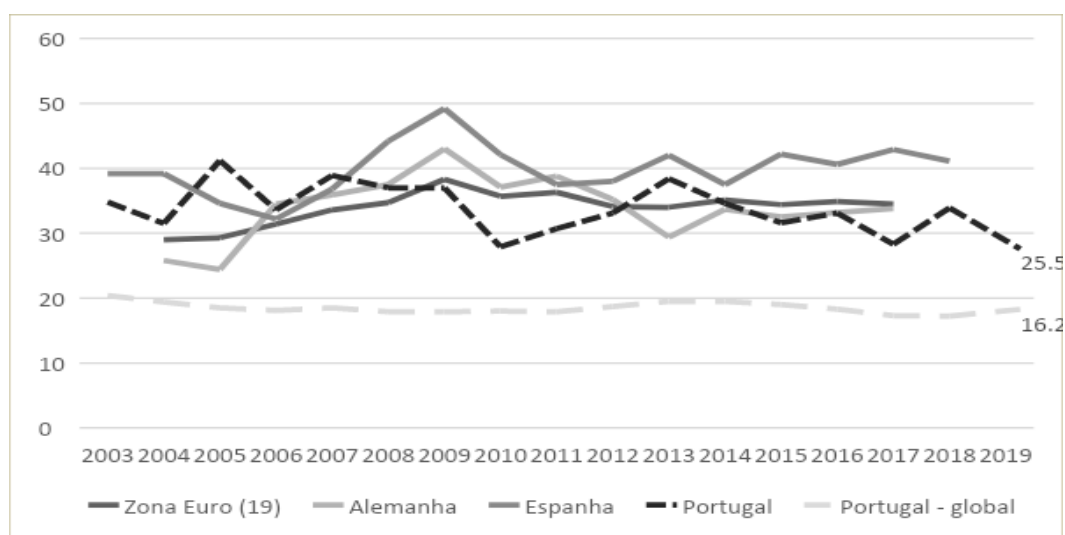
Gráfico 4. Taxa de pobreza em agregados domésticos com crianças dependentes, (2003-2019), %



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

Assim, o que podemos observar é que, no que respeita, à taxa de pobreza de agregados com crianças, a situação é similar ao que vimos para a taxa global, ou seja, Portugal apresenta valores acima da média europeia, e bem acima da Alemanha, mas inferiores aos restantes países do sul da Europa, no gráfico representado pela Espanha. Recordemos que as crianças (e jovens) não são pobres em si, mas no seio de agregados familiares pobres. O Eurostat e o INE permitem perceber as diferentes taxas de pobreza por distintos tipos de agregado familiar. Os dados em causa, que apresentaremos de seguida, permitem perceber em que tipo de agregados há mais crianças em situação de pobreza, sobretudo em função da sua estrutura.

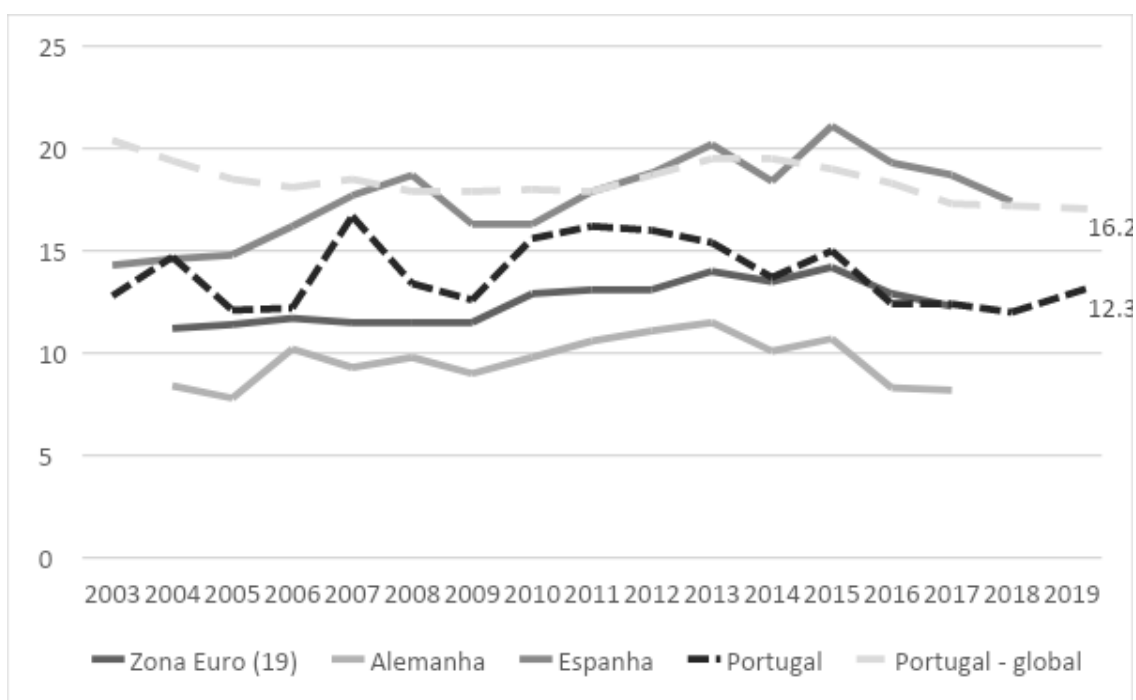
Gráfico 5. Taxa de pobreza de agregados com um adulto com pelo menos uma criança (monoparentais), (2003-2019), %



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

Um primeiro tipo de agregados são os constituídos por um adulto com pelo menos uma criança, ou seja, os agregados monoparentais. Os resultados mostram que este tipo de família é particularmente atingido pela pobreza. Na comparação europeia, todos os países (e a zona euro) apresentam valores acima da taxa global portuguesa, mesmo a Alemanha. Aliás, nesta variável a Alemanha apresenta, para alguns anos, valores acima da média europeia. No caso específico de Portugal, os valores situam-se, para o último ano para o qual há dados (2019), em mais 9,3 pontos percentuais, mesmo assim, um valor abaixo da média do período (2003-2019), cifrado em 15,2 pontos percentuais. Quer dizer que, em 2019, um em cada quatro agregados monoparentais vivia em situação de pobreza. Sem dados para discriminar os resultados por sexo, com base na literatura (Capucha, 2005 e Pereirinha *et al.*, 2008), não nos é difícil perceber que a maioria destes agregados são liderados por mulheres. Aliás, as estatísticas do INE mostram que, em 2019, os agregados monoparentais femininos representavam 85,2% do total dos agregados monoparentais (Pordata, 2021a). Para nos situarmos melhor na grandeza dos números, refira-se que em 2019 as famílias monoparentais correspondiam a 11,6% do total das famílias, em valor absoluto eram 459 344 (Pordata, 2021b).

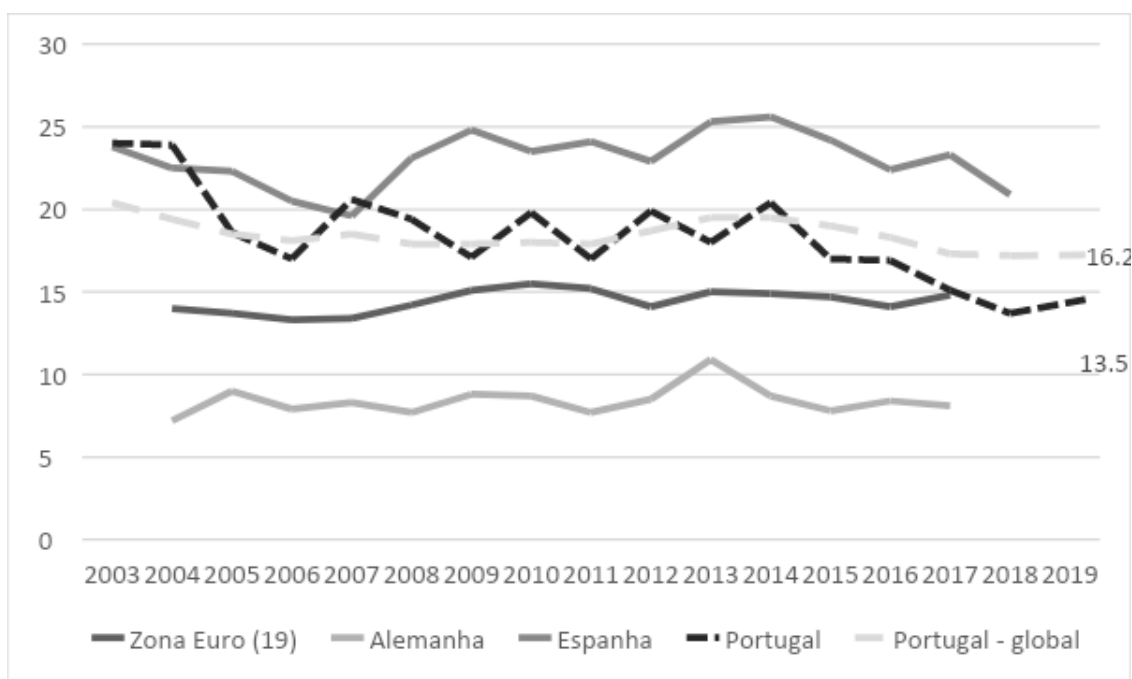
Gráfico 6. Taxa de pobreza de agregados com dois adultos com uma criança, (2003-2019), %



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

Um segundo tipo de agregado considerado respeita ao que podemos identificar como uma família clássica, isto no sentido de ser um dos tipos de família mais comuns em Portugal. Os casais com filhos (independentemente do número) correspondem a 35,2% do total das famílias residentes em 2019 (Pordata, 2021b). Assim, podemos verificar que, nos territórios analisados, só a Alemanha apresenta valores semelhantes, até ligeiramente acima, da taxa global portuguesa. Portugal, em concreto, apresenta para este tipo de famílias taxas de pobreza abaixo da taxa global. Com efeito, para o período em análise (2003-2019), em média esta taxa situa-se 4,5 pontos percentuais abaixo da taxa global, se bem que em 2019 essa diferença seja menor, apenas 3,9 pontos percentuais.

Gráfico 7. Taxa de pobreza de agregados com dois adultos com duas crianças, (2003-2019), %

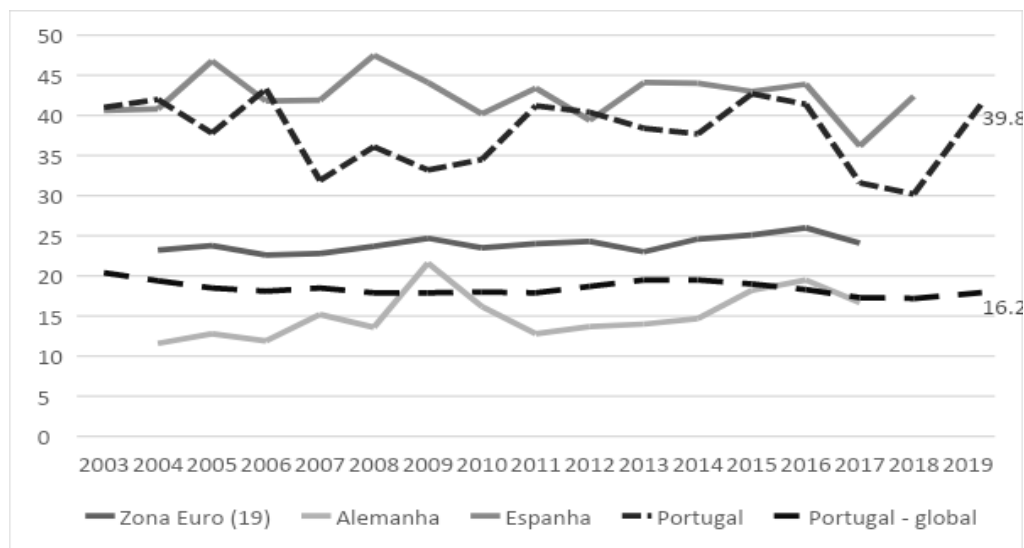


Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

O outro tipo de agregado que se identifica geralmente com a família clássica respeita aos dois adultos com duas crianças. Neste caso, verifica-se uma situação relativamente semelhante à anterior. A Alemanha retoma a sua posição de país com a menor taxa, abaixo da média europeia. Portugal continua a apresentar valores abaixo dos espanhóis, mas acima da média. Na comparação entre a taxa de pobreza para os agregados com dois adultos e duas crianças e a taxa global de pobreza em Portugal, podemos observar que a primeira se encontra abaixo da segunda em quase todo o período considerado. Contudo, as flutuações

existentes têm como consequência que, em média para os 17 anos em consideração, não há diferenças entre as taxas... apesar disso, para o último ano em apreço (2019) a diferença é de 2,7 pontos percentuais. Desde 2015 que a taxa de pobreza para os agregados com dois adultos e duas crianças se situa consistentemente abaixo da taxa global.

Gráfico 8. Taxa de pobreza de agregados com dois adultos com três ou mais crianças, (2003-2019), %

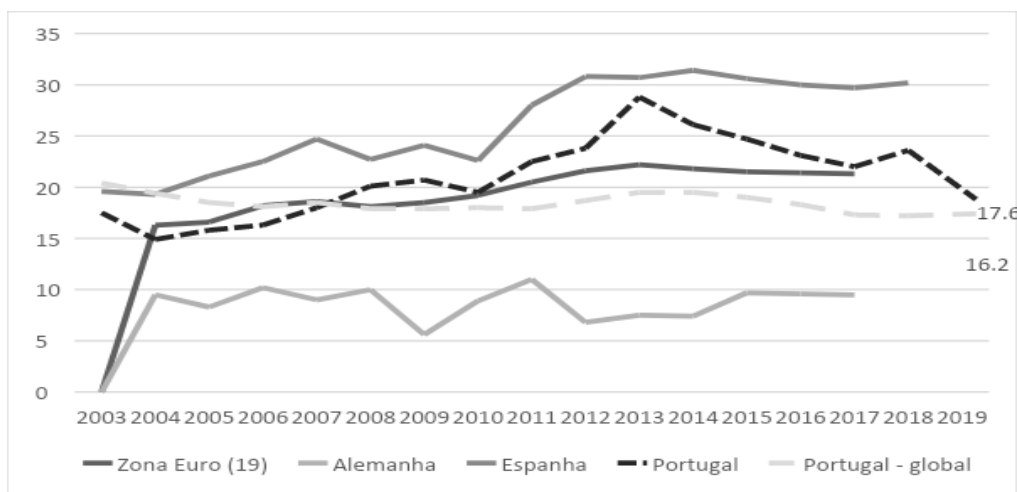


Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

Nos casos em que os agregados familiares são constituídos por dois adultos com três e mais crianças a situação muda radicalmente de figura. Em todos os territórios considerados, os valores são muito elevados. Do ponto de vista estrutural, as principais características da pobreza por tipo de agregado que temos vindo a observar mantêm-se: a Alemanha apresenta valores abaixo da média comunitária e a Espanha valores acima dos portugueses. Contudo, pode-se observar que, para este tipo de agregado, os valores dos portugueses se aproximam dos espanhóis. Olhando para a situação portuguesa, podem-se fazer duas observações. A primeira é a de que a taxa é superior à global e a segunda é a de que quase duas em cada cinco famílias com três e mais crianças estão em situação de pobreza, mais do que duplicando o valor da taxa global. Em média, e para o período, esta diferença situa-se em 19,5 pontos percentuais, tendo subido significativamente de 2018 para 2019, de 13 para 23,6 pontos percentuais. Se a dimensão média das famílias portuguesas em 2019, 2,5 pessoas (Pordata, 2021c), faz supor que este tipo de famílias não é muito numeroso, isso não impede que seja particularmente afetado pela pobreza. De facto, se

olharmos para as diferentes variáveis e categorias de variáveis apresentadas pelo INE (Diogo, *et al.*, 2021) podemos observar que não existem muitas mais categorias que apresentem taxas de pobreza desta magnitude.

Gráfico 9. Taxa de pobreza de agregados com crianças e outra composição, (2003-2019), %

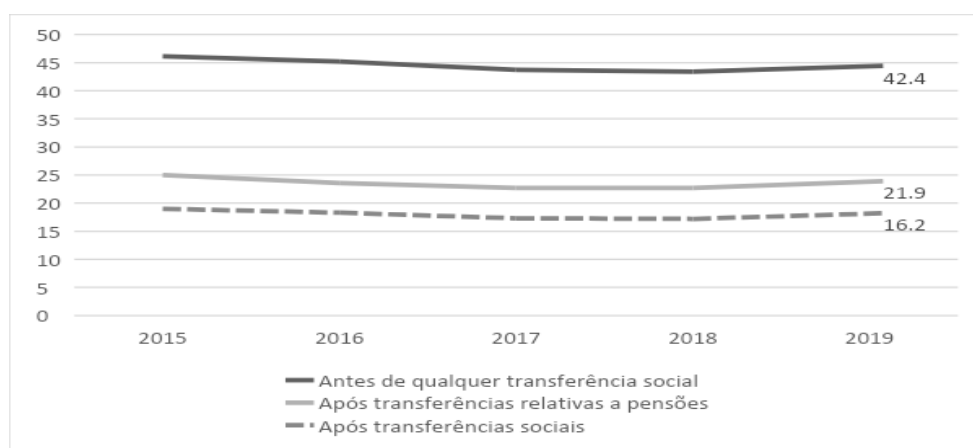


Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

Um último tipo de agregados com crianças é a que se consubstancia na categoria outros. Neste caso, as diferenças entre esta taxa e a global são relativamente reduzidas, se bem que tenham tido um pico associado à crise de 2008-2014.

Que fatores explicam, então, a maior incidência da pobreza entre os indivíduos dos 0 aos 17 anos? Esta é uma questão que abordaremos de seguida, na conclusão, mas gostaríamos, antes de o fazermos, de apresentar um último dado que, cremos, explica em parte o problema, referimo-nos às transferências sociais do Estado.

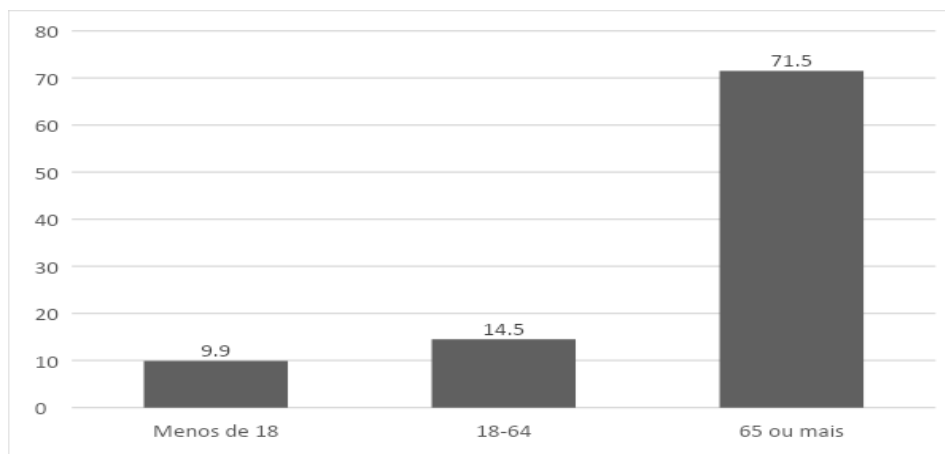
Gráfico 10. Taxa de pobreza e transferências sociais (2015-2019), %



Fonte: INE, (ICOR, 2019)

Assim, podemos observar que o grosso das transferências sociais do Estado, com impacto na redução da pobreza, se faz sob a forma de pensões beneficiando os que têm 65 e mais anos. Para o ano de 2018, último para o qual existem dados, a redução da pobreza por transferências sociais por grupo de idades é a que se reporta abaixo:

Gráfico 11. Redução da pobreza pelas transferências sociais (2018), em pontos percentuais



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2019)

Os dados deste último gráfico permitem confirmar a ideia já indiciada no gráfico anterior de que as transferências sociais em Portugal estão basicamente dirigidas para os mais velhos e sob a forma de pensões. Em contraste são, claramente, os mais novos que menos beneficiam deste tipo de transferências. Do mesmo modo, mantém-se uma prevalência para um risco acrescido de pobreza em agregados familiares com crianças.

Conclusão

Em jeito de conclusão cremos que os dados estatísticos mostram que é claro que as crianças são particularmente afetadas pela pobreza em Portugal, algo que é uma realidade para o conjunto da União Europeia. Neste trabalho não vimos as especificidades que se podem encontrar entre os países europeus, mas apenas a tendência geral. Mais, existem razões para se crer que os dados existentes subestimam o número de crianças em situação de pobreza. Em especial considerando a questão da minoridade social que enquadra as crianças, mau grado a contestação conceptual de que é alvo e que acima reportamos. Como as crianças não são pobres por si só, porque, por definição, nas sociedades ocidentais, não são titulares de rendimentos, fizemos um esforço para compreender como é que se constrói esta pobreza familiar. Assim, foi possível confirmar diversas questões que sublinham a importância da pobreza infantil no

contexto da pobreza em Portugal. Nesse sentido, um primeiro dado importante é o que mostra que as famílias com crianças são mais afetadas pela pobreza do que as que não as têm. Contudo, apesar de tudo, a diferença é relativamente pequena. É quando começamos a esmiuçar os tipos de famílias com crianças que conseguimos encontrar resultados que nos mostram como a pobreza infantil se constrói no seio familiar. Com efeito, existem dois tipos de famílias com crianças que se destacam por terem taxas de pobreza bastante acima da média, as monoparentais e as que têm dois adultos e três e mais crianças. Os restantes tipos de famílias apresentam taxas de pobreza inferiores ou semelhantes à taxa global.

Estes dados permitem questionar as razões que levam este tipo de agregados a ser particularmente vulnerável à pobreza. Neste sentido, existem diversas razões associadas à produção da pobreza e à sua reprodução, ao longo da vida dos indivíduos e entre gerações. Fizemos, recentemente, um esforço de sistematização dessas razões, tendo identificado os três D da pobreza (Divórcio, Desemprego e Doença) associados aos efeitos de contexto (organização do mercado de trabalho, apoios sociais do estado e efeitos de conjuntura) (Diogo, *et al.*, 2021), aliás, na sequência de anteriores e importantes estudos do género (para além dos citados acrescentamos: Bastos e Nunes, 2009, Batista & Perista, 2010, Diogo, 2007, Pereira, 2010, Pinto *et al.*, 2010 entre outros).

As razões genéricas para a produção e reprodução da pobreza de que falamos são aplicadas às crianças e às famílias com crianças. Entendemos, contudo, que podem existir algumas especificidades que ajudam a explicar a maior incidência da pobreza infantil.

Entre essas especificidades salientamos uma que está associada aos três D da pobreza, que é o Divórcio¹⁰, na medida em que este deixa um adulto – em regra, mas não exclusivamente, a mãe – a arcar com todas as despesas do agregado, algo que anteriormente era suportado por dois. Isto, não obstante, ser frequente a exigência judicial da comparticipação familiar dos dois cônjuges nas despesas de alimentação e educação dos filhos, sendo, contudo, frequente o não cumprimento, especialmente por parte do pai, da chamada “pensão de alimentos”. Mesmo com o Estado a substituir-se ao progenitor em falta, este montante adicional pode não ser suficiente para retirar da pobreza esta família monoparentalizada por divórcio. Se o divórcio tem diversos impactos na vida dos indivíduos, a existência de crianças aumenta o número de pessoas pelas quais é preciso dividir o rendimento, assim encolhido, e, como consequência, aumenta a probabilidade de a família estar ou cair em situação de pobreza.

¹⁰ No D de divórcio incluímos a quebra das uniões de facto, dado que, para todos os efeitos, é idêntica ao divórcio.

Uma segunda especificidade está associada aos apoios sociais do Estado, entre estes avultam dois com particular impacto nas crianças. Desde logo, a questão da escolaridade, quer através dos apoios à Ação Social Escolar, quer ainda os apoios ao sucesso escolar. Se este segundo não se nota nos números da pobreza, cremos que acaba por ser mais importante, dado que, como referimos, uma situação de insucesso e abandono escolar consubstanciados numa escolaridade baixa, têm impactos duradouros nos indivíduos. Podem, aliás, explicar em parte a persistência da pobreza ao longo da vida dos indivíduos e entre gerações identificada em diversos estudos (Costa *et al.*, 2008; Alves, 2015; Diogo *et al.*, 2021).

Uma segunda área dos apoios do Estado onde se pode encontrar alguma explicação para a maior pobreza infantil está associada aos apoios à conciliação trabalho-família. Em particular, estes deverão permitir que os adultos de um dado agregado possam aproveitar todo o seu potencial produtivo, e maximizar assim o rendimento familiar. É grande a possibilidade de um dos adultos, geralmente a mãe, ter de ficar a tomar conta dos filhos e, dessa forma, não contribuir financeiramente para o agregado familiar. A mobilização da família providência (em particular da função de guarda e educação dos avós ou outros familiares) tem importantes limitações, dado que não está ao alcance de boa parte dos indivíduos e é algo que se configura como um dom e não como um direito (cf. Diogo & Roque, 2002; Diogo *et al.*, 2021).

Mas o fator mais importante é, claramente e em nosso entender, o sentido das transferências sociais do Estado, bastante focadas em pensões e muito pouco noutras coisas, como no abono de família ou na Ação Social Escolar. A propósito do abono de família, relembremos o trabalho da equipa de Karin Wall que identificou esta medida de apoio social como uma das mais afetadas pelos cortes orçamentais impostas pela troika (Wall, *et al.*, 2015; Sarmiento *et al.*, 2015. Sobre a redução das prestações sociais por efeito dessa crise cf. Rodrigues, Figueiras e Junqueiro (2016). Aliás, Sarmiento *et al.* (2015), a propósito do mesmo período de crise, notam que as crianças foram especialmente vulneráveis aos seus efeitos.

Por fim, é preciso não esquecer as diversas formas de relacionamento dos membros adultos dos agregados com o mercado de trabalho, onde se destacam as questões do desemprego, da precariedade, da informalidade e da trajetória de emprego em carrossel, bem como dos baixos salários, incluindo para aqueles que há muito são efetivos (cf. Diogo *et al.*, 2021). Estas questões têm impacto nos salários e, através destes, nos rendimentos disponíveis para todos os membros de cada família. Mas esta é já outra questão.

Terminamos alertando para o contraste entre os números da pobreza e a condição de Portugal como um país onde existem poucas crianças (como já o fizemos antes, Diogo, 2018). Um país onde não se renovam as gerações, onde o índice sintético de fecundidade em

2019 foi de 1,43 filhos por mulher quando a substituição das gerações exigia pelo menos 2,1. Não deixa de ser paradoxal os elevados valores da pobreza infantil coincidirem num país onde se pode alegar que existe falta de crianças. Mas o paradoxo é a própria condição da infância na sociedade contemporânea (Qvortrup, 1991).

Referências

- Almeida, A. N. (2011). *História da Vida Privada: Os Nossos Dias*. Círculo de Leitores
- Almeida, A. N. (2009). *Para Uma Sociologia da Infância. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação*. ICS.
- Alves, N. (2015). A dinâmica da pobreza em Portugal. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos* (pp. 65-78). Húmus.
- Bäckman, O. & Nilsson, A. (2007). *Childhood Poverty and Labour Market Exclusion Findings from a Swedish Birth Cohort*. Arbetsrapport/Institutet för Framtidsstudier.
- Bastos, A. (2015). Pobreza infantil: diagnóstico e reflexão sobre os indicadores de aferição. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos* (pp. 101-113). Húmus.
- Bastos, A. & Nunes, F. (2009). Child poverty in Portugal: Dimensions and Dynamics. *Childhood*, 16 (1), 67-87.
- Batista, I., & Perista, P. (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Fórum Sociológico*, 20, 39-46.
- Ben-Arieh, A., Casas, F., Frones, I., & Korbin, J. (2014). Multifaceted Concept of Child Well-Being (pp. 1-27). In Ben-Arieh et al. (eds.), *Handbook of Child Well-Being. Theories, Methods and Policies in Global Perspective* (pp. 1-27). Springer Netherlands. DOI 10.1007/978-90-481-9063-8_134
- Bourdieu, Pierre e Champagne, Patrick (1993). “Les exclus de l’interieur”. In P. Bourdieu (Dir.), *La Misère du Monde* (pp. 71-75). Seuil.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta Editora.
- Corsaro, W. A. (1997). *The Sociology of Childhood*. Pine Forge Press.

- Costa, A. B. (2015). Prefácio. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos* (pp. 7-16). Húmus.
- Costa, A. B. (coord.), Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Gradiva.
- D’Agostino, S., & Duvert, N. (2008). *La Pauvreté*. Bréal.
- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Celta Editora.
- Diogo, F. (2010). From child poverty to the profiles of child poverty: a pathway to be explored. *Problemy Wczesnej Edukacji / Issues in Early Education*. Rok VI, 1 (11), 20-31.
- Diogo, F. (2018). A pobreza infantil e o Rendimento Social de Inserção em Portugal: o mesmo problema tendências distintas. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 87, 71-86.
- Diogo, F. (coord.), Palos, A. C., Diogo, A., Tomás, L. & Silva, O. (2017). *Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho*. Húmus.
- Diogo, F. (coord.), Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., Trevisan, G., Fernandes, L., Silva, O., Perista, P. & Amaro, I. (colab.) (2021). *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Diogo, F. & Roque, R. (2002). *Vidas no feminino: um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*. IDS.
- Eurostat (2021). *Children at risk of poverty or social exclusion*. <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tespm040/default/table?lang=en>
- Fielding, M., & Moss, P. (2011). *Radical education and the common school: A democratic alternative*. Routledge.
- HaKovirta, M., & Kalliio, J. (2016). Children’s Perceptions of Poverty. *Child Ind Res*, 9, 317–334 DOI 10.1007/s12187-015-9315-5
- Honneth, A. (2014). *El Derecho de la libertad: Esbozo de una etnicidad democrática*. Katz Editores.
- James, A., Jenks, C. & Prout, A. (1998). *Theorizing Childhood*. Polity Press.
- Mestre, C., & Oliveira Baptista, J. (2016). *Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares II – 2.º Ciclo do Ensino Público Geral*. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

- OECD (2020). *Education Policy Outlook In Portugal*. OECD Education Policy Perspectives. OECD.
- Pereira, E. (2010). *Pobreza e Ruralidade. Uma Análise Espacial em Portugal Continental*. [Dissertação de Doutoramento não publicada]. ISEG.
- Pereirinha, J. (coord.), Pereira, E., Branco, F., Amaro, I., Costa, D. & Nunes, F. (2017). *Quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?* ISEG. https://www.eapn.pt/iefp/docs/EDE1_Rendimento_Adequado_em_Portugal_-_resultados_sintese.pdf acedido em 27 de abril de 2021
- Pereirinha, J. A. (coord.), Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S. F., & Machado, C. (2008). *Género e Pobreza. Impacto e Determinante da Pobreza no Feminino*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Pinto, T. C., Guerra, I., Martins, M., & Almeida, S. (2010). *À tona de água: Necessidades em Portugal, tradição e tendências emergentes*. Tinta-da-China.
- Pordata (2021a). Famílias clássicas monoparentais do sexo feminino (%) in <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> consultado em 26 de abril de 2021.
- Pordata (2021b). Tipo de agregado doméstico privado, <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> consultado em 26 de abril de 2021.
- Pordata (2021c). Dimensão média dos agregados domésticos privados, <https://www.pordata.pt/Portugal/Dimens%c3%a3o+m%c3%a9dia+dos+agregados+dom%c3%a9sticos+privados-511> consultado em 26 de abril de 2021.
- Pordata (2021d). População residente, estimativas a 31 de Dezembro: total e por grupo etário, <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%c3%a7%c3%a3o+residente++estimativas+a+31+de+Dezembro+total+e+por+grupo+et%c3%a1rio-7> consultado em 26 de abril de 2021.
- Prout, A. (2008). *Culture-nature and the construction of childhood*. In K. Drotner, & S. Livingstone (eds.), *International handbook of children, media and culture* (pp. 21-35). Sage.
- Qvortrup, J. (1991). *Childhood as a Social Phenomenon: An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosocial - Report 36/1991. Vienne European Centre.

- Rodrigues, C. F. (coord.), Figueiras, R., & Junqueiro, V. (2016). *Desigualdade de Rendimento e Pobreza em Portugal 2009-2014*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sarmiento, M., & Trevisan, G. (2017). A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. *Educar em Revista*, 33(2), 17-34.
- Sarmiento, M. J., Marchi, R., & Trevisan, G. (2018). Beyond the modern norm of childhood: children as the margins as a challenge for the sociology of childhood. In C. Baraldi & T. Cockburn (ed.), *Theorizing Childhood: citizenship, rights and participation*. (pp. 135-157). Palgrave-Macmillan.
- Sarmiento, M. J., Fernandes, N., & Trevisan, G. (2015). A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos* (pp. 81-99). Húmus.
- Singly, F. de (dir) (2004). *Enfants Adultes : Vers une Égalité de statuts ?*. Universalis.
- Wall, K., & Almeida, A. N. (coord.). *As Crianças e a Crise em Portugal. Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais, 2013*. Comité Português para a UNICEF.
- Wall, K., Almeida, A. N., Vieira, M.M., & Cunha, V. (coords.) (2015). *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas. Indicadores, Políticas, Representações*. ICS.